



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**SEÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**Rua do Acre nº 80 - sala 604-Centro/Rio Janeiro – CEP: 20.081-000**  
**Telefone/Fax: 2282-8682 -2282-8016**

**E D I T A L**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2016**  
Proc. nº TRF2-EOF-2016/00033

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 307 de 15.09.2015, torna público, a abertura do certame licitatório na modalidade de **Pregão Eletrônico**, realizado por meio da internet, no site: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). O certame será regido pelas disposições da Lei 10.520/02, do Decreto 5.450/2015, da Lei 8.666/93, da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, do Decreto 8.538/07 e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	
<b>Data: 26 de ABRIL de 2016</b>	<b>Horário (de Brasília): 13h00</b>
<b>Local: <a href="http://www.comprasnet.gov.br">www.comprasnet.gov.br</a></b>	

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Minuta do Contrato Administrativo;

**1 - OBJETO:** A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de Serviço Móvel Pessoal - SMP, pós-pago, com serviço de dados e chamadas locais, VC1, ilimitadas, a custo zero, para os equipamentos integrantes do grupo empresarial (mesmo CNPJ), e serviço de longa distância nacional (VC2 e VC3), conforme especificações definidas neste Edital e seu Anexo I - Termo de Referência.

1.1 - O Tribunal Regional Federal da 2ª Região está localizado na Rua Acre, nº 80, Centro/Rio de Janeiro.

1.2 - O objeto da presente licitação é uno e indivisível e será adjudicado a uma única empresa.



## **2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES**

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do *site* [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

2.1.1 - A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via internet, o licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto 5.450/2005.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata, em processo de dissolução ou liquidação;

2.3.4 - Empresas que estejam reunidas em consórcio;

2.3.5 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.6 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar, aplicada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

2.3.7 - Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa);

2.3.8 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei n.º 8.666/93.

2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 72, § 8.º, V da Lei n.º 9.605/98.

2.3.10 - Empresas que estejam proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e decretos regulamentares.



- 2.4 - A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.
- 2.5 - Todas as fotocópias de documentos apresentados deverão estar autenticadas por Tabelião de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias.
  - 2.5.1 - Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 2.6 - A entrega da proposta implica nos seguintes compromissos por parte da licitante:
  - 2.6.1 - Estar ciente das condições da licitação, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.
  - 2.6.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **3 - DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1 - Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do *site* **www.comprasnet.gov.br**. (art. 3º do Decreto 5450/05).
- 3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto 5.450/05).
- 3.3 - O credenciamento do licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (art. 3º, § 2º, e art. 13, Inc. I, do Decreto 5.450/05).
- 3.4 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRF-2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.5 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica. (art. 3º, § 6º, do Decreto 5450/05).



#### **4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

- 4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas e que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente edital e seus anexos.
- 4.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente envio da proposta de preços, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, no **, conforme modelo de planilha, Anexo I, no valor total anual (12 meses)**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via *internet*.
- 4.3 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:** A Proposta de Preços deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;
- 5.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.5 - **Descrição detalhada dos serviços**, obedecidas as especificações e exigências constantes do Termo de Referência – Anexo I;
- 5.6 - Preços mensal e anual estimado, em algarismos e por extenso, em moeda nacional, com apenas duas casas decimais, conforme Planilha de Especificações e Formação de Preços, apresentada no Anexo I – Planilha de Preços deste edital;
  - 5.6.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão-de-obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto;
  - 5.6.2 - **PLANO BÁSICO ou ALTERNATIVO DE SERVIÇOS homologado pela ANATEL;**
  - 5.6.3 - **Marca e modelo do aparelho celular que será fornecido em comodato;**



- 5.6.4 - Apresentação de catálogos ilustrativos originais do fabricante, manuais técnicos ou cópias fotostáticas legíveis, em língua portuguesa, nos quais constem especificações claras e detalhadas do modelo e marca cotados, a fim de atender às características técnicas solicitadas no item 2.1 do Anexo I – Termo de Referência;
- 5.7 - **Prazo de validade da proposta:** não inferior a 60 (*sessenta*) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico.
- 5.8 - **Prazo de vigência do contrato:** 24 (*vinete e quatro*) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da lei nº 8.666/93;
- 5.8.1 - **Prazo de entrega das estações móveis,** em uma única remessa, já devidamente preparadas para ativação do serviço, deverá ser de, no máximo, 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do contrato;
- 5.9 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.7 e 5.8 considerar-se-ão os prazos previstos neste edital.
- 5.10 - Depois de solicitado pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a **proposta de preços** da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e **assinada**, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado e enviada, no prazo de 2 (*duas*) horas, sob pena de desclassificação, através do próprio Sistema Comprasnet ou do e-mail [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), ou, a critério do Pregoeiro, através do fac-símile (0xx21) 2282-8016 ou 2282-8682.
- 5.10.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá reduzi-lo ou estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos de habilitação.
- 5.11 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.
- 5.12 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.13 - No caso de haver divergência entre a descrição do código do serviço no COMPRASNET e o disposto no **Anexo I - Termo de Referência**, o licitante deverá obedecer a esta última.
- 5.14 - Serão desclassificadas as propostas que:



5.14.1 - contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação.

5.14.2 - não atendam às exigências deste Pregão.

## **6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

- 6.1 - O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 6.2 - O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRF2ª Região ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 6.5 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.
- 6.6 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes, excessivos ou inexequíveis;
- 6.7 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados da intimação.
- 6.8 - Os preços serão cotados em reais, com apenas duas casas decimais.

## **7 - DA COMPETITIVIDADE (Formulação de Lances)**

- 7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.
- 7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **conforme modelo de planilha, Anexo I, , no valor total anual (12 meses)**, sob pena de desclassificação da mesma.
- 7.3 - Os participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.4 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.



- 7.5 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.7 - A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro e mediante aviso de seu fechamento iminente, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (*trinta*) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.8 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e do procedimento previsto no subitem 8.4 deste Edital, quando for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 7.9 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.10 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.11 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (*dez*) minutos a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).
- 7.12 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas no artigo 28 do Decreto no 5.450/05.

## **8 - DO PROCEDIMENTO**

- 8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.
- 8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL(12 meses), conforme modelo de planilha, Anexo I**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.
- 8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.



- 8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (*cinco por cento*) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.5 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.6 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do item 9 deste edital.
- 8.7 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL(12 meses), conforme modelo de planilha, Anexo I**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.
- 8.8 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.9 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará aos licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.
- 8.10 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.





- 8.11 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.12 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame pelo pregoeiro.

## 9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1 - A **habilitação** da licitante será comprovada mediante consulta *on line* ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - **SICAF**, para verificação da validade dos documentos abaixo:
- 9.1.1 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, **alterada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.821/2014**).
- 9.1.2 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**CRF**), dentro da validade;
- 9.1.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante, dentro da validade;
- 9.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede do licitante, dentro da validade;
- 9.1.5 - A consulta *on line* deverá comprovar que o licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.
- 9.1.6 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado ao licitante cadastrado e parcialmente habilitado no SICAF o direito de apresentar, via fac-símile, quando solicitado pelo Pregoeiro.
- 9.2 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Comprasnet, na ocasião em que o licitante cadastrar sua proposta:
- 9.2.1 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.
- 9.2.2 - DECLARAÇÃO, exigida somente das empresas que se enquadram na previsão do art. 11 do Decreto 6.204/07, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº



123, de 14 de dezembro de 2006 e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei;

9.2.3 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;

9.2.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente;

9.2.5 - DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA, de acordo com a Instrução Normativa nº 2 - SLTI, de 16 de setembro de 2009.

9.3 - Apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

#### 9.4 - **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.4.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

9.4.1.1 – A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 1 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica, comprovando que a licitante tenha prestado serviços de telefonia móvel pessoal de complexidade operacional similar ou superior ao objeto do presente certame.

9.4.1.2 - Comprovação de que a licitante está autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, a executar o objeto licitado, conforme normas daquela Agência, tendo como área de abrangência do serviço o Estado do Rio de Janeiro.

9.5 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão, constitui meio legal de prova.

9.6 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

9.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 5 (*cinco*) dias úteis, contado da decisão do Pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.8 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.7, implicará inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para formalização do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.



9.9 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos via fac-símile, para o número (21) 2282-8682 ou 2282-8016 ou para o endereço eletrônico [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.9.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do **Pregoeiro**, endereçados da seguinte forma: Tribunal Regional Federal da 2ª Região -Seção de Licitação - Rua Acre, nº 80, sala 604 -CEP 20081-000 - Centro/Rio de Janeiro – Pregão nº \_\_\_\_.

**10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes dos serviços objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	PTRes	Elementos de Despesa	Valor Estimado Total Anual
02.061.0569.4257.6013	107.765	33.90.39.58	R\$ 158.066,20

## 11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

11.1 - Esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgadas na "homepage" do Tribunal: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção "Transparência Pública / Licitações e Contas / Licitações em andamento", e no *site*: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), na opção "visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos", ficando os licitantes obrigados a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do pregão eletrônico, no horário de 12:00h às 17:00h. Os telefones/FAX de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

11.3 - Até 02 (*dois*) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.

11.4 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração das especificações técnicas, quando necessário, decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

11.5 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.



## **12 - DOS RECURSOS**

- 12.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (*três*) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 12.2 - Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada da licitante, em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.
- 12.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (*três*) dias úteis, contados a partir do encerramento da sessão pública.
- 12.4 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto à licitante vencedora.
- 12.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.6 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

## **13 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

- 13.1 - Após a homologação do resultado desta licitação o TRF convocará a empresa adjudicatária para assinatura do instrumento contratual ou para a retirada da nota de empenho junto **à Divisão de Contratos, na Rua Dom Gerardo nº46 – 12º andar, no horário de 12:00 às 17:00 horas.**
- 13.2 - A convocação que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados da convocação, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94 e art. 28 do Decreto 5.450/05.



- 13.3 - No ato da assinatura do contrato ou da retirada da nota de empenho, será comprovada mediante consulta *on line* a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF e da CNDT, a qual deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do contrato.
- 13.4 - Quando a vencedora da licitação não fizer as comprovações referidas nos subitens 13.2 e 13.3 ou, quando, injustificadamente, recusar-se a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 13.5 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os materiais a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.
- 13.6 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

**14 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO:** Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8666/93, modificada pela Lei n.º 8883/94, o objeto da presente será recebido mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, da seguinte maneira:

- 14.1 - **Provisoriamente** – Imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual;
- 14.2 - **Definitivamente** – No prazo de 30 (*trinta*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.
- 14.3 - Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos do Contrato.



14.4 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação do contratado, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

14.5 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

## **15 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

15.1 - O pagamento à Contratada será efetuado da seguinte forma:

15.1.1 – O pagamento da primeira fatura de prestação de serviços dar-se-á, após comprovada a qualidade, conformidade com as condições requeridas e perfeito funcionamento dos equipamentos locados. Na referida fatura e nas subsequentes, deverão ser cobrados apenas os valores das assinaturas mensais, pacote de dados, dos serviços de gestão, se houver, e os valores decorrentes de consumos telefônicos, exceção feita ao ônus da portabilidade numérica, que se houver, deverá ser cobrado através da 1ª fatura de prestação de serviço.

15.1.1.1 – O direito de cobrança pela Contratada iniciar-se-á na data em que os serviços forem efetivamente disponibilizados;

15.1.2 – As faturas serão pagas, mensalmente, através de ordem bancária, creditada em conta corrente indicada pela Contratada, contados da data do devido atesto na Nota Fiscal por parte do servidor responsável pelo recebimento e fiscalização do Contrato, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e as instruções normativas vigentes.

15.1.2.1 - O documento de cobrança deverá ser encaminhado pela Contratada, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência do vencimento, por via postal, endereçado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (NUCOMP), sito na Rua Dom Gerardo, nº46, 12º andar, e também deverá ser enviado eletronicamente ao e-mail [dicom@trf2.jus.br](mailto:dicom@trf2.jus.br);

15.1.2.1.1 – Além do envio previsto no subitem anterior, a contratada deverá viabilizar, se necessário, meios para solicitação de 2º via da fatura, seja por sistema de gestão WEB, seja mediante solicitação direta ao preposto junto ao contratante ou mediante serviço de atendimento ao cliente (SAC).

15.1.3 – O documento fiscal/fatura deverá discriminar de maneira detalhada, clara e explicativa todo o registro relacionado à prestação do serviço contratado, no período respectivo, os



eventuais descontos, impostos, encargos, de acordo com a regulamentação específica, bem como a planilha discriminando o serviço individual de cada aparelho.

15.1.3.1 – Todas as chamadas telefônicas deverão ser discriminadas nas faturas de prestação de serviços.

15.1.3.2 - O Contratante tem direito de contestar os débitos contra ele lançados, não se obrigando ao pagamento dos valores além dos que considere devidos, sendo defeso à Contratada recusar o pagamento parcial.

15.1.3.3 – O pagamento dos valores questionados pelo Contratante, somente poderá ser exigido pela Contratada, quando esta comprovar a prestação dos serviços, objeto do questionamento.

15.1.3.4 – Analisada a contestação, ainda que improcedente, a contratada deverá emitir novo boleto de cobrança, retificando ou não valores contestados, mas sempre alterando a data de vencimento para um prazo não inferior a 15 (quinze) dias da data de emissão da nova cobrança.

15.1.3.5 – A Contratada deverá fornecer a fatura mensal detalhada para cada linha em papel e em meio eletrônico, preferencialmente CD, podendo também disponibilizar a mesma em seu WEB site, com a antecedência mínima descrita no subitem 15.1.2.1.

15.1.4 – Os minutos para ligações de longa distância para telefones fixos ou móveis, para ligações locais e os minutos das chamadas em deslocamento deverão ser discriminados por aparelho nas faturas correspondentes.

15.1.5 - Se houver erros nos valores das contas que impeçam os pagamentos das mesmas pelo Contratante, a Contratada não poderá suspender o fornecimento dos serviços, até que corrija os valores e reenvie as contas para o Contratante, para que este possa efetuar o pagamento.

15.1.6 - Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a da emissão da Ordem Bancária.

15.1.7 - A fatura/nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 15.1.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

15.1.8 - O Contratante pagará os valores proporcionalmente aos números de dias do mês, caso o início da execução dos serviços não ocorra no primeiro dia do ciclo de faturamento ou se ocorrer alteração contratual conforme previsto no art. da Lei nº 8.666/93.



15.1.9 – A Contratada poderá suspender a prestação dos serviços ao Contratante, salvo o disposto no subitem 7.6 do Anexo I, caso não seja efetuado o pagamento dos serviços utilizados, depois de transcorridos 90 (noventa) dias de inadimplência.

15.1.9.1 – A Contratada deve informar ao Contratante, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, a suspensão dos serviços.

15.1.10 - Uma vez comprovada quitação das parcelas vencidas durante a suspensão do Contrato, a Contratada reabilitará os terminais telefônicos, em até 24 (vinte e quatro) horas após a declaração ou comprovação do pagamento pelo Contratante. Permanecendo a inadimplência do Contratante por mais de 30 (trinta) dias após sua suspensão, a Contratada poderá desativar definitivamente os terminais móveis do Contratante e rescindir o Contrato, mediante notificação com 15 (quinze) dias de antecedência.

15.2 - As Contratadas que se enquadrem nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverão comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

15.3 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa nº 480 de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal, alterada pelas Instruções Normativas nºs 539 de 25/04/05 e 706 de 09/01/2007 e pela In RFB nº 765 de 02.08.2007;

15.4 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU);

15.4.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

15.5 - No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a contratada não localizada no município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

15.5.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 15.5, a contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.





## **16 -DO REAJUSTE**

- 16.1 - As tarifas constantes do PLANO BÁSICO OU ALTERNATIVO DE SERVIÇOS serão reajustadas sempre que houver determinação da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, sendo o pagamento dos novos valores efetuados pelo Contratante independentemente de formalização de Termo Aditivo, devendo a Contratada apresentar, juntamente com a fatura, cópia do documento emitido pela ANATEL autorizando a referida majoração de tarifa.
- 16.2 - Na hipótese da ANATEL determinar a redução de tarifas, de maneira análoga, a CONTRATADA deverá repassar ao CONTRATANTE, a partir da mesma database, as tarifas reduzidas.
- 16.3 - A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE os reajustes de tarifas por meio de documento escrito.

## **17 -DAS PENALIDADES**

- 17.1 - A Licitante que deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 17.1.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 17.2 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.
- 17.3 - Penalidades a que está sujeita a contratada inadimplente:
- a) Advertência;
  - b) Multa;
  - c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o TRF-2ªRG, pelo prazo de 2 (*dois*) anos.
  - d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 17.4 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo, discriminadas:



17.4.1 - A inexecução, total ou parcial, do contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário inadimplente.

17.5 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pelas contratadas sujeitá-las-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

17.5.1 - A multa moratória acima estipulada fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.

17.6 - Caso as multas previstas nos subitens 17.4 e 17.5 não sejam pagas no prazo estabelecido, serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo contrato, ou, ainda, cobradas judicialmente, se for o caso.

17.7 - Se as multas supracitadas forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

17.8 - O período de atraso será contado em dias corridos.

17.9 - A aplicação das multas ora previstas não impede que a autoridade competente rescinda o contrato e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

17.10 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24/12 de 16.12.04, atualizada em 08/06/2005.

17.11 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à adjudicatária, na forma da lei.

17.12 - Sempre que não houver prejuízo para o TRF-2ªRG, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

## **18 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:



- 18.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos *sites*: **www.trf2.gov.br**, opção "**Licitações e Contas / Licitações em andamento**", e **www.comprasnet.gov.br**, opção "**visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos**", e comunicando às firmas, com a antecedência mínima de 24 (*vinte e quatro*) horas da data inicialmente marcada;
- 18.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;
- 18.1.3 - Alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.
- 18.2 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma do que estabelece o parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93;
- 18.3 - As supressões citadas no subitem anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.
- 18.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;
- 18.5 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, segunda-feira, 11 de abril de 2016

Rubens Ferraz de Araujo  
Pregoeiro Substituto



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2016**  
**Proc. nº TRF2-EOF-2016/00033**

**1 - OBJETO:**

Prestação de Serviço Móvel Pessoal - SMP, pós-pago, com serviço de dados e chamadas locais, **VC1, ilimitadas**, a custo zero, para os equipamentos integrantes do grupo empresarial (mesmo CNPJ); e serviço de **longa distância nacional (VC2 e VC3)**, conforme segue:

**2 – DOS APARELHOS:**

2.1 – A Contratada deverá fornecer, por comodato, sem incidência de qualquer ônus, **135 (cento e trinta e cinco) estações móveis**, novas, compatíveis com a tecnologia GSM Quad Band e 4G, conforme segue:

2.1.1 - **32 (trinta e dois) terminais móveis tipo 01** com as seguintes características mínimas:

- 2.1.1.1 - Tipo "smartphone".
- 2.1.1.2 – Tela 5.1" com Tecnologia TouchScreen.
- 2.1.1.3 - Dimensões máximas: 150 mm x 80 mm x 10 mm.
- 2.1.1.4 - Peso máximo: 190 g.
- 2.1.1.5 – Suportar tempo de bateria em espera (standby) de até 390 horas.
- 2.1.1.6 - Toques polifônicos.
- 2.1.1.7 - Agenda que suporte, no mínimo, 500 contatos.
- 2.1.1.8 - Suportar tempo de bateria em conversação de até 20 horas.
- 2.1.1.9 - Alerta vibratório.
- 2.1.1.10 - Discagem rápida.
- 2.1.1.11 – Tela com as seguintes características mínimas: resolução de 1080 x 1920 pixels.
- 2.1.1.12 – Sistema operacional Android 5.0.
- 2.1.1.13 – Processador 2.5 GHz Quad core.
- 2.1.1.14 – Memória RAM 2 GB.
- 2.1.1.15 – Memória de Armazenamento interno de 16 GB.
- 2.1.1.16 – Memória expansível por meio de cartão Micro SD.
- 2.1.1.17 – Conectividade via: Wi-Fi 801.11, Bluetooth 4.0 com LE/EDR/A2DP, IRDA, GPS, NFC e Micro USB 3.0.
- 2.1.1.18 – Câmera com resolução mínima de 13 Mp.
- 2.1.1.19 – Dados via: GPRS, EDGE, UMTS, HSDPA, HSUPA, HSPA+ e LTE
- 2.1.1.20 - Integração de e-mail: Compatível com o gerenciamento de dispositivos móveis implementado no Outlook Web Access 2007. (OWA) permitindo a sua configuração no terminal móvel fornecido.



2.1.1.21 - Utilizar sistema operacional com compatibilidade total com a aplicação de e-mail descrita no subitem 2.1.1.20.

2.1.1.22 - Acessórios básicos que cada estação móvel deverá conter:

- 01 (um) carregador, que opere automaticamente com qualquer tensão de entrada entre 110 e 220V AC, com frequência entre 50 e 60Hz.

- 01 (um) manual do fabricante, • Cabos e softwares necessários à transferência de arquivos e sincronização dos dados da agenda e configurações entre os terminais e microcomputadores pessoais. O software de sincronismo deverá ser compatível com o sistema.

2.1.1.23 - Frequência: Deverá ser compatível com todos os serviços contratados, inclusive **roaming nacional e internacional**.

2.1.2 – **103 (cento e três)** estações móveis **tipo 02, aparelhos comuns**, com as seguintes características mínimas:

2.1.2.1 – Tempo de bateria em conversação de até 2h30min.

2.1.2.2 – Tempo de bateria em espera aproximado de até 10 dias.

2.1.2.3 – Dimensões máximas: 105 mm x 50 mm x 30 mm.

2.1.2.4 – Peso máximo: 190 g.

2.1.2.5 – Teclado iluminado.

2.1.2.6 - Toques polifônicos.

2.1.2.7 - Agenda para até 500 contatos.

2.1.2.8 – Discagem rápida.

2.1.2.9 – Alerta vibratório.

2.1.2.10- Display: colorido (mínimo 65000 cores e de 128 x 128 pixels).

2.1.2.11 - Frequência: Deverá ser compatível com todos os serviços contratados, inclusive **roaming nacional e internacional**.

2.1.2.12 – Acessórios básicos que cada estação móvel deverá conter:

- No mínimo, 01 (uma) bateria de alta performance, 01 (um) carregador bivolt, e 01 (um) manual do fabricante.

2.1.3 – Todos os terminais móveis deverão possuir garantia do fabricante por período mínimo de 12 (doze) meses.

## **2.2 – Da entrega das estações móveis:**

2.2.1– As estações móveis deverão ser entregues com seus respectivos SIM Card's (Chips), em uma única remessa, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do contrato, devidamente preparados para ativação do serviço, na Seção de Manutenção de Telecomunicações (SECTEL) do Contratante, situado à rua Acre, nº 80, sala 202 b, no horário das 11:00 às 17:00 horas

2.3 - A Contratada deverá fornecer, juntamente com o material especificado no subitem 2.1, a título de backup, 20% (vinte por cento) do quantitativo de estações móveis constante no subitem 2.1.1 e 10% (dez por cento) do quantitativo do subitem 2.1.2, acompanhadas dos respectivos chips, possibilitando, se necessário, com o auxílio do setor de Atendimento ao Cliente da Contratada, restabelecer imediatamente o serviço de qualquer linha em uso, nos seguintes casos:

2.3.1 - Defeito na estação móvel ou chip.

2.3.2 - Extravio da estação móvel.

2.3.3 – Roubo ou furto da estação móvel ou chip.



2.4 – Esgotados os **Chips de backup** do subitem 2.3, a contratada enviará e habilitará novos chips, sem custo adicional, de acordo com a necessidade, desde que demonstrada hipóteses dos itens 2.3.1, 2.3.2 ou 2.3.3.

### 3 – DA PORTABILIDADE NUMÉRICA:

3.1 – Será solicitada pelo Contratante, no primeiro dia útil subsequente à entrega das estações móveis, a portabilidade da numeração de 135 (cento e trinta e cinco) linhas atualmente em uso neste Tribunal, conforme segue:

3.1.1 – Quantitativo parcial de **32 (trinta e duas) linhas** que deverão passar pela portabilidade, devendo ser ativadas **com pacote de dados** em SIM Card´s compatíveis com os aparelhos smartphones a serem fornecidos, de acordo com subitem 2.1.1.

21988907483	21988907526
21988907574	21988898022
21988907436	21988907441
21988907459	21988907457
21988898014	21988907599
21988907443	21988907453
21988907476	21988907472
21988907449	21988907577
21988907487	21988907466
21988907438	21988907455
21988907461	21988907468
21988907593	21988907463
21988907447	21988907598
21988907445	21988907525
21988907479	21988907528
21988907485	21995600136

3.1.2 - Quantitativo parcial de **103 (cento e três) linhas** que deverão passar pela portabilidade, devendo ser ativadas **sem pacote de dados** em SIM Card´s compatíveis com os aparelhos a serem fornecidos, de acordo com subitem 2.1.2.

21988907508	21988907498	21988909886	21988907557
21988907587	21988722194	21988905213	21988907558
21967364291	21988907444	21988907467	21988907559
21988721723	21988907478	21988722881	21988907560
21988907496	21988908030	21988907462	21988907561
21988905425	21988907484	21988907507	21988907562
21988907435	21988907570	21988907511	21988907563
21988722891	21988907521	21988907592	21988907564
21988907458	21988907583	21988907594	21988907565



21988721849	21988721724	21988907517	21988907566
21988907448	21988907588	21988907595	21988907567
21988905277	21988907439	21988898020	21988907568
21988907442	21988908568	21988898021	21988907571
21988906900	21988721754	21988907446	21988907597
21988907475	21988907456	21988907450	21988907569
21988722903	21988907480	21988907543	21988908575
21988907482	21988907518	21988907544	21988907500
21988907451	21988722895	21988907545	21988907572
21988907584	21988907471	21988907547	21967438967
21988722733	21988722190	21988907548	21971790363
21988907437	21988907452	21988907549	21972139668
21988722264	21988721737	21988907552	21972272024
21988907460	21988907590	21988907553	21972305573
21988903090	21988907454	21988907554	21988723318
21988907473	21988907464	21988907555	21988907488
21988907497	21988907523	21988907556	

3.2 – O Contratante solicitará a Operadora receptora Contratada, através do telefone ou endereço eletrônico disponibilizado, a portabilidade numérica dos números telefônicos em uso, sendo fornecidos na ocasião, os dados necessários, de acordo com o art. 47 do RGP.

3.3 – A Operadora Receptora Contratada deverá fornecer ao Tribunal, no ato do registro da solicitação, número de protocolo do bilhete de portabilidade com identificação sequencial, de acordo com o art. 48 da RGP, sendo ratificado neste momento o início do processo de portabilidade.

3.4 – A conferência e confirmação dos dados fornecidos pelo Contratante deverão ser efetuadas em um dia útil, de acordo com art. 43 § 2º do RGP.

3.5 – A Contratada deverá efetuar a transição dos números e ativação do serviço em no máximo cinco dias úteis contados da data de solicitação da portabilidade numérica pelo Contratante, de acordo com o art. 53, item I, alínea “a” do RGP.

3.6 – A Operadora receptora contratada deverá agendar antecipadamente com o Contratante a habilitação e o procedimento para ativação e desativação dentro do período de transição, de acordo com o art. 50 do RGP.

3.7 – O período de transição deverá ser de no máximo 02 horas, em 99% dos casos, não podendo ser superior a 24 horas, de acordo com o art. 53, item IV do RGP.

#### **4 – DOS SERVIÇOS:**

4.1 – Deverá ser cumprida toda a determinação contida no PLANO GERAL DE METAS DE QUALIDADE PARA O SERVIÇO MÓVEL PESSOAL – PGMQ-SMP.





4.2 – A Contratada deverá disponibilizar serviço de atendimento ao cliente, funcionando 24 horas por dia e 07 dias por semana, apto a proceder ao bloqueio das linhas nos casos previstos no subitem 4.4, alertando para o cumprimento dos arts. 6º e 7º do PGMQ-SMP.

4.2.1 - A comunicação poderá ser efetuada via telefone ou endereço eletrônico, a ser fornecido pela Contratada.

4.2.2 – Deverá ser fornecido número de protocolo, para todas as solicitações efetuadas.

4.3 - Os equipamentos destinados ao Contratante, que por eles se responsabiliza como seu fiel depositário, destinam-se exclusivamente à utilização por parte de seus servidores, e não poderão ser cedidos, onerados, gravados ou alienados, sob qualquer forma ou título, sem a prévia e expressa autorização da Contratada, sendo que a demora desta última em se pronunciar não importará em concordância tácita.

4.4 - Em caso de extravio, seja por roubo, furto, perda ou qualquer outro motivo que faça com que o equipamento saia da posse do Contratante, este ficará responsável pelo pagamento de todas as tarifas, preços e demais encargos aplicáveis decorrentes do uso do mesmo, até a data e hora que seja a Contratada comprovadamente comunicada do ocorrido.

4.5 – Nos casos descritos no subitem 4.4, será utilizado um dos equipamentos fornecidos para backup para imediata substituição, devendo a Contratada providenciar, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da comunicação do fato ocorrido, um aparelho novo, com as mesmas características do extraviado, para ser habilitado com o número da linha em uso.

4.5.1 – Em caso de defeito de fabricação ou qualquer outro **que não decorrente de mau uso**, o aparelho ou acessório será substituído imediatamente por outro de backup, devendo a Contratada providenciar, em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da comunicação, a retirada do aparelho ou acessório defeituoso para manutenção.

4.5.2 – Pairando dúvida quanto à causa do defeito, ainda assim a contratada fará a retirada do aparelho e o encaminhará à empresa responsável pela garantia ou à subcontratada especializada em manutenção, que terá atribuição de, mediante laudo de inspeção técnica, determinar se o vício era oculto ou decorrente de mau uso.

4.5.3 - Quando devidamente constatado que o defeito **não decorrerá de mau uso**, o aparelho ou acessório retirado para manutenção deverá ser devolvido, em perfeitas condições de funcionamento, no prazo estipulado pela assistência técnica do fabricante. Caso contrário, a Contratada deverá providenciar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar do término do prazo anterior, um aparelho ou acessório novo, com as características mínimas constantes do subitem 2.1.1 ou 2.1.2.

4.5.4 – Constatado que o defeito **decorreu do mau uso**, fica o Contratante responsável por ressarcir à contratada, pagando o valor da nota fiscal referente ao aparelho danificado, abatendo-se os meses já depreciados. Entretanto, não haverá mais o que ressarcir se o defeito decorrente do mau uso ocorrer após os 12 (doze) meses da completa depreciação, na forma do subitem 4.6.





4.5.5 – Após prévia comunicação ao contratante, no mês seguinte à constatação do dano proveniente do mau uso, a contratada deverá providenciar o ressarcimento a que alude o subitem anterior, mediante faturamento no regular boleto de mensal cobrança, com discriminação específica do valor e indicação da origem da despesa.

4.5.6 – Os aparelhos deverão ser entregues e retirados na Seção de Manutenção de Telecomunicações do Contratante (SECTEL), sito à Rua Acre nº 80/202b, sem qualquer ônus.

4.6 – Os aparelhos deverão ser depreciados em 12 (*doze*) meses a partir da data do documento fiscal de fornecimento dos mesmos, quando terão seu valor completamente zerado, sem a incidência de qualquer ônus para o Contratante.

4.6.1 – Caso o aparelho seja substituído, conforme previsto no subitem 4.5, o prazo de depreciação passará a contar da data de entrega do aparelho, constante do documento fiscal de remessa.

4.7 – O ressarcimento dos aparelhos também ocorrerá conforme os subitens a seguir:

4.7.1 – **Em caso de roubo ou furto:** o Contratante efetuará, imediatamente, a devida comunicação à Contratada para bloqueio da linha, apresentando posteriormente cópia do Boletim de Ocorrência Policial. A Contratada efetuará a reposição de até 10% do quantitativo de aparelho constante do subitem 2.1 a cada 12 (*doze*) meses de vigência contratual, sem a incidência de qualquer ônus. Quando esse quantitativo for excedido, a Contratada deverá emitir documento de cobrança, no valor constante da nota fiscal de remessa do aparelho substituído, abatendo-se o período de depreciação, para que seja providenciado pelo Contratante o pagamento devido.

4.7.2 – **Em caso de perda do equipamento:** o Contratante efetuará, imediatamente, a devida comunicação à Contratada para bloqueio da linha, devendo a mesma emitir documento de cobrança, no valor constante da nota fiscal de remessa do aparelho, abatendo-se o período de depreciação, para que seja providenciado pelo Contratante o pagamento devido.

4.7.3 – Constatada as hipóteses dos itens 4.7.1 / 4.7.2; e, após prévia comunicação ao contratante, a contratada deverá providenciar, no mês seguinte à comunicação do extravio, roubo ou furto, o ressarcimento a que alude os itens anteriores, mediante faturamento no regular boleto mensal de cobrança, com discriminação específica do valor e indicação da origem da despesa.

4.7.4 – Em virtude da completa depreciação, não haverá mais o que ressarcir se o extravio decorrente da perda, furto ou roubo ocorrer após os 12 meses de cada vigência contratual.

4.8 – Ao final do contrato, no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, o Contratante disponibilizará para devolução e a Contratada ficará responsável por recolher todos os aparelhos cedidos em regime de comodato.



4.8.1 – O Contratante exime-se de qualquer indenização pelo uso e/ou desgaste dos aparelhos devolvidos, assim como não poderá haver cobrança pelos terminais roubados ou furtados, desde que devidamente comunicados à Contratada, constante de peculiar registro policial e dentro do limite de 10% (dez por cento) do quantitativo de aparelhos, conforme disposto no subitem 4.7.1.

4.8.2 – A contratada é quem tem responsabilidade de, mediante prévia comunicação, providenciar o transporte e a retirada dos aparelhos na sede do contratante, sob pena de ser intimada caso não o faça no prazo indicado.

4.9 – Renovado o contrato por período igual ou superior a 12 (doze) meses, a Contratada deverá substituir todos dos terminais do subitem 2.1, fornecendo aparelhos igualmente novos, observada a inovação tecnológica e as características mínimas dos itens 2.1.1 e 2.1.2.

4.10 - Tendo em vista que as empresas prestadoras de Serviço Móvel Pessoal – SMP não são fabricantes dos aparelhos de telefonia móvel, não dispondo de estrutura técnica para efetuar as manutenções que venham a necessitar, os aparelhos com garantia do fabricante expirada deverão, sempre que apresentarem defeito ou desgaste acentuado, mediante solicitação do Contratante, ser substituídos por novos equipamentos, com as características mínimas contidas nos subitens 2.1.1 e 2.1.2, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da solicitação.

4.11 - A Contratada, em nenhuma hipótese, poderá cobrar valores referentes à taxa de habilitação ou ativação de aparelhos, inclusive quando da substituição dos mesmos.

4.12 – Por tratar-se de aparelhos cedidos em regime de comodato, caso ocorra alguma substituição, pelos motivos descritos no subitem 4.4, não haverá necessidade de aditamento contratual, devendo ser efetuado o efetivo controle pelo setor responsável, cabendo à Contratada fornecer a nota fiscal de remessa do novo aparelho, para adoção das providências cabíveis.

4.13 – O serviço de comunicação móvel via telefone deverá ser prestado para realização de chamadas telefônicas locais e de longa distância, para terminais fixos e móveis, de qualquer Operadora Nacional, e deverá possuir cobertura em todo o Território Nacional e no exterior, utilizando a facilidade de deslocamento (roaming), quando necessário.

4.13.1 – Os serviços de roaming nacional e **internacional** deverão ser habilitados no prazo máximo de 24 horas a contar da solicitação do Setor competente (SECTEL/NUMAN).

4.14 – As chamadas telefônicas locais entre as linhas do grupo do TRF da 2ª Região, objeto deste certame, deverão ser ilimitadas e sem ônus para o Contratante.

4.15 - Deverão ser disponibilizados os serviços de identificação de chamadas, transmissão de dados, mensagem de texto e caixa postal para todos os aparelhos.



4.15.1 – Sem ônus adicionais e no prazo máximo de 24 horas, caso seja do interesse do Contratante, caberá a Contratada disponibilizar bloqueio através sistema *on line* de gestão ou bloquear diretamente os serviços mensagem de texto, caixa postal, roaming nacional, internacional etc para algumas linhas que venham a ser definidas pelo Contratante.

4.16 – Deverá ser disponibilizado, serviço de gerência/gestão via WEB, para acompanhamento e controle da utilização de todas as linhas disponibilizadas, permitindo efetuar individualmente, para cada linha, as seguintes ações:

4.16.1 – Estabelecer limites de consumo;

4.16.2 – Estabelecer bloqueio de DDD, DDI e ligações a cobrar;

4.16.3 – Estabelecer restrição ao código de operadora para ligações DDD e DDI

4.16.4 – Estabelecer restrições para que efetue apenas ligações intragrupo;

4.16.5 – Disponibilizar informações sobre o consumo das linhas em tempo real;

4.16.6 – Disponibilizar crédito extra.

4.17 – Deverá ser fornecido manual de instruções do sistema de gestão disponibilizado, possibilitando ao Contratante efetuar a gestão de suas linhas.

4.18 – A prestação do serviço deverá ser contínua, 24 horas por dia, 07 dias por semana.

4.19 – Deverá ser disponibilizada para cada linha, sem ônus, a possibilidade de consulta ao crédito disponível, seja por consulta telefônica ou mensagem de texto.

4.20 - O início do faturamento deverá ser a data de ativação dos serviços.

4.21 – Nos casos de interrupções previsíveis do serviço, a contratada deverá comunicar ao contratante com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, sob pena de configuração de violação dos direitos dos Usuários previstos no art. 3º da LGT e no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP.

4.22 - A prestação do serviço em roaming deverá ser digital e automática.

#### **DOS SERVIÇOS DE DADOS:**

4.23 - A Contratada deverá disponibilizar o acesso à Internet ilimitado, para **32 (trinta e dois) smartphones**, através da infra-estrutura da rede do Serviço Móvel Pessoal (SMP), sem que haja necessidade de contratação de um provedor que disponibilize o serviço.



4.24 - A Contratada deverá estar apta a prestar o serviço de dados inclusive quando os terminais móveis estiverem em roaming nas capitais dos estados do território brasileiro e no Distrito Federal.

4.25 - O acesso à Internet deverá ser efetuado mediante as tecnologias 4G, GPRS, EDGE ou LTE nas capitais e 3G nas demais cidades.

4.26 - O serviço deverá permitir acesso ilimitado de dados com franquia de 3 Gb para as linhas do subitem 2.1.1, admitida a redução de velocidade por parte da Contratada quando excedida a franquia.

4.27 – Enquanto não ultrapassada a franquia de dados pactuada na forma de delimitação dos itens anteriores, o acesso disponibilizado pela Contratada deverá possuir taxa de transferência nominal mínima para download de 5.00 Mbps nas capitais e 1.00 Mbps nas demais cidades.

4.28 - Caso seja disponibilizada pela Contratada uma nova tecnologia de acesso que atenda às exigências destas especificações técnicas e possua melhor desempenho que a originalmente ofertada, o atendimento ao objeto contratado deverá, a critério da Contratada, ser realizado através dessa nova tecnologia, por ocasião da prorrogação do contrato, mediante a substituição dos terminais, desde que sejam mantidas as demais condições contratuais.

## **5 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

5.1 – Cumprir na íntegra todas as determinações contidas nos seguintes documentos:

5.1.1 – Lei nº 9.472, de 16.6.97 – Lei Geral de Telecomunicações;

5.1.2 – Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007 e seus anexos;

5.1.3 – Anexo à Resolução nº 317, de 27 de setembro de 2002 – Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Móvel Pessoal – PGMQ-SMP;

5.1.4 – Anexo à Resolução nº 460, de 19 de março de 2007 – Regulamento Geral de Portabilidade (RGP);

5.1.5 – Demais normas e regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Telecomunicações.

5.2 - A Contratada será responsável pelo ressarcimento de quaisquer danos causados ao Contratante e/ou terceiros, quando praticados por seus empregados ou pessoas sob sua responsabilidade ou administração, decorrentes da execução deste Contrato, desde que comprovada a culpa ou dolo da Contratada, apurada em procedimento administrativo, admitidos o contraditório e a ampla defesa.



5.3 - Obriga-se a Contratada a colocar, a disposição do Contratante, o serviço móvel, ora licitado, de acordo com as condições previstas neste Contrato, observando rigorosamente as normas legais e as disposições regulamentares aplicáveis ao serviço em questão pelo Órgão regulador - ANATEL.

5.3.1 – Constitui obrigação da Contratada informar ao Contratante as condições de cessação e/ou suspensão dos serviços de telefonia, dados ou até mesmo da central de atendimento ao cliente (SAC), com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, no caso de suspensão não ditada por evento de força maior.

5.3.2 – A Contratada deverá disponibilizar, sem ônus para o Contratante, os serviços de:

- I. Desvio de chamada (siga-me);
- II. Identificador de chamadas;
- III. Chamada em espera;
- IV. Bloqueio de ligações a cobrar, quando solicitado;
- V. Bloqueio de linhas, quando solicitado;
- VI. Chamadas originadas para os serviços públicos de emergência e de utilidade pública;
- VII. Acesso telefônico a Central de Atendimento da contratada a partir de estações fixas ou móveis de qualquer localidade dentro do território nacional.

5.4 - Fornecer a Conta Detalhada Mensal para cada linha em papel e em meio eletrônico sendo preferencialmente CD, discriminando, ainda, as linhas sob responsabilidade do contratante em contas distintas e fatura consolidada e seu respectivo detalhamento.

5.5 - Por padrão e não incorrendo em qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, deverão ser bloqueados pela CONTRATADA os eventos abaixo discriminados; sendo permitida liberação apenas mediante solicitação do gestor designado pelo CONTRATANTE:

- I. O recebimento de chamadas a cobrar
- II. As chamadas para telefones com prefixos 0300, 0500, 0900 ou similares.
- III. Auxílio a lista ( 102 ), hora certa ( 130 ) e similares
- IV. Serviços recebidos a cobrar (chamadas, SMS etc)
- V. Salas de jogos e de bate-papos

5.6 - A Contratada responderá pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do serviço.



5.7 - Os serviços ora contratados, inclusive os referidos nos subitens 4.5 e 4.7, não poderão sofrer solução de continuidade, mesmo em caso de suspensão de pagamento, por parte do Contratante, decorrente de descumprimento contratual ou enquanto não forem corrigidos valores contestados relativos aos serviços prestados.

5.8 – A Contratada deverá designar preposto, o qual ficará responsável para elucidar qualquer problema decorrente da prestação dos serviços contratados. O referido preposto deverá encontrar-se acessível 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, via telefone fixo ou móvel a ser fornecido,

5.8.1 – O Contratante se reserva o direito de solicitar, a qualquer momento durante a vigência do contrato, a substituição do preposto, caso o mesmo não esteja atendendo a contento;

5.9 – Não divulgar, nem fornecer, dados e informações referentes aos serviços realizados, sem a prévia autorização do Contratante;

5.10 - Manter o sigilo e a inviolabilidade dos serviços, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo das Telecomunicações.

5.11 - A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas na prestação de serviços da CONTRATADA ensejará a responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências nas demais esferas.

5.12 - Não veicular publicidade acerca da contratação, sem a prévia autorização do Contratante;

5.13 – Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal ou distrital, bem, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive quanto às obrigações oferecidas na proposta;

5.14 – Prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem, sendo vedada à transferência a terceiros da responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço.

5.15 – Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

5.16 – A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

5.17 – Prestar o Contratante quaisquer esclarecimentos que sejam julgados necessários à perfeita compreensão dos serviços prestados;



5.18 - A Contratada tem por obrigação respeitar todos os artigos do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, anexo à Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, mormente no que diz respeito aos deveres, à qualidade na prestação do serviço e no atendimento ao usuário.

## 6. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

6.1 - A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de falha nos componentes ou equipamentos de responsabilidade da CONTRATADA.

6.2 - Todas as ocorrências serão registradas pelo CONTRATANTE, que notificará a CONTRATADA, atribuindo pontos para as ocorrências.

6.3 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE, resguardados os procedimentos legais pertinentes a lei 8.666/93, poderá acarretar na aplicação de outras sanções à CONTRATADA, em conformidade com as ocorrências registradas, nos termos dos níveis de serviço, para os quais atribuir-se-á a seguinte pontuação:

Ocorrência	Pontos
Atraso na ativação dos serviços. O valor da pontuação deverá ser acrescido a cada 12 (doze) horas de atraso além do prazo definido para a habilitação/ativação.	1,0
Atraso no atendimento e resolução após notificação de ocorrências de interrupção na prestação dos serviços. O valor da pontuação deverá ser acrescido a cada 12 (doze) horas de atraso além do prazo definido no atendimento e resolução de ocorrências de interrupção na prestação dos serviços.	1,0
Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE. O valor da pontuação deverá ser acrescido a cada 24 (vinte e quatro) horas de atraso além do prazo definido para prestação de informações e esclarecimentos.	0,5
Cobrança fora do prazo estabelecido na regulamentação pertinente.	0,5
Cobrança por serviços não prestados ou valores em desacordo com o contrato.	0,5
Não atendimento do telefone fornecido pela CONTRATADA para os contatos e registro das ocorrências.	0,5
Não apresentar corretamente a nota fiscal dos serviços prestados no mês, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, incluindo detalhamento das chamadas e valor total do serviço, que deverão conter todos os tributos, encargos e descontos, conforme preços contratados no processo licitatório.	0,5

6.4 - Mensalmente, quando do recebimento dos serviços, a fiscalização do contrato fará a apuração do somatório da pontuação acumulada **no mês**. Esta pontuação servirá como base





para que o CONTRATANTE aplique os seguintes descontos incidentes sobre o valor total faturado no mês, por item contratado:

Pontuação acumulada	Desconto
3 (três) pontos	Correspondente a 1% do valor mensal faturado para o item
4 (quatro) pontos	Correspondente a 3% do valor mensal faturado para o item
5 (cinco) pontos	Correspondente a 6% do valor mensal faturado para o item
6 (seis) pontos	Correspondente a 9% do valor mensal faturado para o item
7 (sete) pontos	Correspondente a 12% do valor mensal faturado para o item
8 (oito) pontos	Correspondente a 14% do valor mensal faturado para o item
9 (nove) pontos	Correspondente a 16% do valor mensal faturado para o item
10 (dez) pontos	Correspondente a 18% do valor mensal faturado para o item

6.5 - O montante total do desconto acima previsto será restrito ao limite de 18% (dezoito por cento) do valor mensal faturado para o item do Contrato.

6.6 - A Contratada deverá atender às solicitações de imediato, corrigindo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação de ocorrências de interrupção na prestação dos serviços.

6.7 - Em casos excepcionais e devidamente justificados, o prazo acima mencionado poderá ser prorrogado, respeitado o limite previsto pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

6.8 - O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou do crédito existente no CONTRATANTE em relação à CONTRATADA. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

6.9 - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do CONTRATANTE, devidamente justificado.

6.10 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e previstas na Lei nº 8.666/93.

## **7 - CONSIDERAÇÕES GERAIS:**

7.1 – O Contratante compromete-se a usar os equipamentos exclusivamente para os fins do Serviço contratado, em comunicação com o seu corpo diretivo, funcionários, associados e colaboradores, no exercício de suas atividades internas ou naquelas compreendidas entre os seus objetivos institucionais.





7.2 - O Contratante obriga-se a manter os equipamentos em perfeito estado, efetuando os devidos pagamentos quando necessário.

7.2.1 - Posteriormente, ao término do contrato, independentemente de notificação, no prazo de até 30 dias, o contratante compromete-se a disponibilizar os aparelhos à Contratada nas mesmas condições em que foram recebidos, ressalvando o desgaste decorrente do uso normal dos mesmos e as hipóteses previstas no subitem 4.8.1.

7.2.2 – A contratada é quem tem responsabilidade de, mediante prévia comunicação, providenciar o transporte e a retirada dos aparelhos na sede do contratante, sob pena de ser intimada caso não o faça no prazo indicado.

7.3 - O Contratante deverá utilizar os serviços ora ajustados e cumprir fielmente o Contrato que fica restrito às áreas onde a Contratada tem autorização da ANATEL para operar, admitindo seu descumprimento, sem quaisquer sanções, em locais bloqueados ou sob condições atmosféricas adversas que causem falha, lentidão, interrupção e interferência, que prejudiquem o sistema de serviço, ora licitado.

7.4 - Nos preços oferecidos pela Contratada já deverão estar incluídos impostos, taxas, transportes, fretes e demais encargos.

7.5 – O Contrato terá como início de vigência a data da assinatura pelas partes contratantes e terá duração de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 60 meses, de conformidade com a Lei 8666/93;

7.6 – A ativação dos serviços dar-se-á quando da conclusão da portabilidade numérica, na forma do item 3, sendo esta data o termo inicial para efeito de faturamento.

## **8 – DO PERFIL DE TRÁFEGO:**

8.1 – O perfil de tráfego indicado no ANEXO A, corresponde à média estimada do consumo telefônico, no período de um ano, com dados obtidos através da análise de faturas do sistema anteriormente em uso, e que servirá tão somente de subsídio às licitantes na formulação das propostas e na indicação do percentual de desconto, não se constituindo em qualquer compromisso futuro para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

## **9 – DOS PREÇOS DAS LIGAÇÕES TELEFÔNICAS:**

9.1 – Os preços das ligações telefônicas a serem cotados serão aqueles constantes do PLANO BÁSICO OU ALTERNATIVO DE SERVIÇOS, devidamente autorizado pela ANATEL, de cada uma das licitantes, levando-se em conta, para efeito de cotação, o perfil de tráfego do Tribunal Regional da 2ª Região.



## 10 – DO PERCENTUAL DE DESCONTO:

10.1 – A Licitante, levando em conta o perfil de tráfego que trata o item A do ANEXO A, poderá oferecer percentual de desconto, que deverá ser linear por item, sobre o somatório do resultado obtido pelo preenchimento de todas as linhas do referido item, com base nos valores contidos no PLANO BÁSICO ou ALTERNATIVO DE SERVIÇOS, mencionado no subitem 8.1.

10.2 – Será admitido percentual de desconto de valor igual a zero;

10.2.1 – A proposta que não indicar o percentual de desconto, este será admitido como de valor zero;

10.2.2 – Nos preços das ligações telefônicas deverão estar incluídas as despesas com salários, encargos sociais, fiscais e comerciais, exceto os impostos e as taxas, quando aplicáveis, cujas alíquotas deverão estar informadas separadamente.

10.3 – Durante todo o período contratual, o percentual de desconto/deduções cotado na proposta da (s) empresa (s) vencedora (s) incidirá sobre os preços dos serviços constantes do PLANO BÁSICO ou ALTERNATIVO DE SERVIÇOS, aprovado pela ANATEL ressaltando o disposto no subitem 10.4;

10.4 – O Contratante poderá solicitar à Contratada, durante a vigência do contrato, o aumento do desconto ofertado sobre o PLANO BÁSICO ou ALTERNATIVO DE SERVIÇOS, quando o ofertado mostrar-se desvantajoso para a Administração;

10.5 – O percentual de desconto ofertado incidirá sobre o preço de todas as ligações e serviços prestados, independentemente de horário e do dia da semana.

## 11 - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM 1						
Serviço	Quant. (a)	Unid.	Valor Unitário (b)	Total Mensal (c) = (a)x(b)	% de Desconto (d)	Valor Total após o desconto
VC1 - Móvel x Fixo	3000	Min.				
VC - Própria Operadora	2000	Min.				
VC - Outra Operadora SMP ou SME	5000	Min.				
SMS	2000	evento				



Assinatura mensal para dados dos smartphones <b>tipo 01</b> , com 3 Gb de franquia.	<b>32</b>	Un.				
Acesso a caixa Postal	<b>400</b>	Min.				
Assinatura Mensal do serviço de voz	<b>135</b>	Un.				
Assinatura Gestão	<b>135</b>	Un.				
VC2 MM – on net	<b>300</b>	Min.				
VC2 MF	<b>300</b>	Min.				
VC2 MM – off net	<b>200</b>	Min.				
VC3 MM – on net	<b>300</b>	Min.				
VC3 MF	<b>300</b>	Min.				
VC3 MM - off net	<b>200</b>	Min.				
AD (1)	<b>250</b>	Event o				
AD (2)	<b>250</b>	Event o				
DSL 1	<b>250</b>	Min.				
DSL 2	<b>250</b>	Min.				
Total Global Mensal (f) = $\Sigma(e)$ :						
Total Global Anual (g) = (f)x12:						
Total Global Bienal (g) = (f)x24:						
<p>Todos os valores de consumo em minutos e em eventos são estimados não havendo garantia para a CONTRATADA que os mesmos serão alcançados.</p> <p>Referências:</p> <p><b>VC1 (Valor de Comunicação Móvel-Fixo):</b> Ligação para telefone fixo local (na mesma área de código do equipamento habilitado), originada dentro da Área de Mobilidade da Operadora Contratada.</p> <p><b>VC – Própria prestadora (Valor de Comunicação Móvel-Móvel "on-net"):</b> Ligação para telefone móvel local (na mesma área de código do equipamento habilitado), originada dentro da Área de Mobilidade da Operadora Contratada, destinada aos equipamentos móveis fornecidos pela prestadora ao mercado.</p> <p><b>VC – Outra Prestadora (Valor de Comunicação Móvel-Móvel "off-net"):</b> Ligação para telefone móvel local (na mesma área de código do equipamento habilitado), originada dentro da Área de Mobilidade da Operadora Contratada, destinada aos equipamentos móveis fornecidos por outras prestadoras ao mercado.</p> <p><b>AD (1):</b> Valor adicional por chamada originada enquanto na Área de mobilidade da operadora contratada.</p> <p><b>AD (2):</b> Valor adicional por chamada originada enquanto fora da Área de mobilidade da operadora contratada.</p> <p><b>DSL 1- Deslocamento 1:</b> é a designação para chamadas recebidas pelo assinante quando em roaming fora de sua área de mobilidade e dentro da rede operadora contratada.</p> <p><b>DSL 2 – Deslocamento 2:</b> é a designação para chamadas recebidas pelo assinante quando em roaming fora de sua área de mobilidade e fora da rede operadora contratada.</p> <p><b>VC-1R (Valor de Comunicação Móvel-Fixo em Roaming):</b> Ligação para telefone fixo originada fora da Área de Mobilidade da operadora contratada e terminada em localidade com mesmo código DDD da cidade visitada.</p> <p><b>VC-R (Valor de Comunicação Móvel-Móvel em Roaming):</b> Ligação para telefone móvel originada fora da Área de Mobilidade da operadora contratada e terminada em localidade</p>						



com mesmo código

DDD da cidade visitada.

**SMS (Serviço de Mensagens Curtas):** Serviço de Valor Agregado ao SMP que permite o envio de mensagens entre estes equipamentos móveis.

**Assinatura mensal para dados:** Serviço de Valor Agregado ao SMP que permite o acesso mensal a internet por meio dos equipamentos móveis fornecidos pela operadora contratada.

**Assinatura mensal:** Valor fixo mensal devido pelo Usuário por ter ao seu dispor o SMP nas condições previstas no Plano de Serviço ao qual, por opção, está vinculado. Conforme previsto na resolução Anatel 316/2002 (SMP).

**VC2 MM (Valor de Comunicação Móvel-Móvel de Longa distância Nacional VC2):** Ligação de equipamentos Móveis destinadas a telefones móveis em área distinta da Área de Tarificação de origem, sem a conter, mas identificada por Código Nacional com primeiro dígito idêntico.

**VC2 MF (Valor de Comunicação Móvel-Fixo de Longa distância Nacional VC2):** Ligação de equipamentos Móveis destinadas a telefones fixos em área distinta da Área de Tarificação de origem, sem a conter, mas identificada por Código Nacional com primeiro dígito idêntico.

**VC3 MM (Valor de Comunicação Móvel-Móvel de Longa distância Nacional VC3):** Ligação de equipamentos Móveis destinadas a telefones móveis em área Distinta da Área de Tarificação de origem, sem a conter, e identificada por Código Nacional com primeiro dígito também distinto.

**VC3 MF (Valor de Comunicação Móvel-Fixo de Longa distância Nacional VC3):** Ligação de equipamentos Móveis destinadas a telefones fixos em área Distinta da Área de Tarificação de origem, sem a conter, e identificada por Código Nacional com primeiro dígito também distinto.

**Off net** – fora da rede da operadora.

**(\*)** - caso disponibilizado pela Operadora.